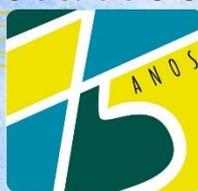


SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

15/09/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Jovens são os mais afetados pela crise econômica, aponta levantamento do Ipea

Os movimentos do mercado de trabalho mostram que a crise econômica atinge com mais intensidade os jovens, que têm mais dificuldade de conseguir emprego e mais chance de serem demitidos. A informação foi divulgada hoje (14) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), na seção Mercado de Trabalho do blog da Carta de Conjuntura. De abril a junho deste ano, apenas 25% dos desempregados com idade entre 18 e 24 anos foram recolocados no mercado, atingindo um nível bem abaixo do observado no início da pesquisa em 2012, de 37%.

As análises são feitas com base nos microdados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os pesquisadores destacam que, além disso, entre os que perderam o emprego, o segmento dos mais jovens forma o grupo com maior perda percentual de ocupação. De 2012 a 2017, os trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos que estavam ocupados e foram dispensados, passou de 5,2% para 7,2%.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 15/09/2017

Taxa de juro, rentabilidade e credibilidade - por Nelson Barbosa

A taxa SELIC deve cair para 7,25% anuais no fim deste ano.

Apesar dessa redução, o pagamento de juros reais pelo governo aumentou significativamente desde o final de 2015. Para explicar como isso aconteceu, é preciso lembrar dois conceitos de taxa de juro real utilizados em economia. A taxa esperada é a taxa de juro projetada para o futuro, descontada pela expectativa de inflação para o mesmo prazo. Essa é a variável mais relevante para o planejamento de investidores e consumidores. Considerando o prazo de um ano, a taxa real esperada caiu para aproximadamente 3% ao ano recentemente. Como qualquer projeção, a taxa esperada pode ou não se verificar. A taxa efetiva é a taxa de juro praticada no passado, descontada pela inflação do mesmo período. Essa é a variável mais relevante para a distribuição de renda, pois representa o quanto um devedor pagou ao seu credor em termos reais. A taxa real efetiva subiu para aproximadamente 9% anuais recentemente, pois a inflação caiu mais rápido do que a Selic nos últimos meses. A evolução dessas duas taxas pode ser consultada no "Monitor de Taxas de Juros", do Grupo de Economia Política da UnB, que também inclui uma contabilidade dos juros pagos pelo governo. Por limite de espaço, apresentarei somente esse último ponto.

Quando excluimos o resultado dos swaps cambiais da conta, os juros líquidos pagos pelo setor público atingiram 7% do PIB nos últimos 12 meses. Esse total pode ser dividido em três componentes. Primeiro, parte do pagamento de juros representa o "custo de carteira" do governo, isto é, o fato de o governo emitir títulos e adquirir ativos com uma taxa de remuneração diferente da taxa básica de juro. No Brasil, esse custo decorre principalmente da acumulação de ativos com rendimento inferior à Selic, como reservas internacionais e empréstimos ao BNDES. Do pagamento total de 7% do PIB mencionado acima, 2,2% do PIB deve-se ao custo de carteira. Segundo, parte dos juros pagos pelo setor público apenas repõe a variação de preços. A rápida redução da inflação fez com que a "correção monetária" sobre a dívida líquida fosse de apenas 1,1% do PIB nos últimos 12 meses (o que é positivo). Por fim, o terceiro componente é o juro real sobre a dívida líquida, que atingiu 3,7% do PIB nos últimos 12 meses. Esse valor representa uma elevação de três pontos percentuais do PIB, ou R\$ 192 bilhões com base no PIB deste ano, em relação ao verificado em 2015.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 15/09/2017

Consumo ganha fôlego e anima retomada da economia

Números positivos de desempenho da economia estão deixando de ser exceções pontuais, o que indica que a recuperação tem ganhado fôlego e confirma o diagnóstico de que a recessão acabou. Em julho, a atividade econômica medida pelo índice IBC-Br avançou 0,41% em relação a junho, segundo divulgado pelo Banco Central nesta quarta-feira (14). O resultado é livre dos chamados efeitos sazonais, que podem ser causados por eventos típicos de determinados períodos, como férias ou feriados. O indicador ficou acima da média das projeções dos economistas (0,10%) e marcou a segunda alta seguida (o número de julho foi revisado para cima, de 0,5% para 0,55%). O IBC-Br contabiliza cinco altas mensais –não consecutivas– nos sete primeiros meses de 2017, ante apenas três em todo o ano passado. Além disso, as expansões registradas pelo índice neste ano têm sido mais robustas.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 14/09/2017

Inflação medida pela FGV ficou em 0,39% em setembro

A inflação medida pelo Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) ficou em 0,39% em setembro deste ano. A taxa, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, é superior às registradas em agosto deste ano (-0,17%) e em setembro do ano passado (0,36%). Apesar da alta de preços em setembro, o indicador acumula deflações (quedas de preço) de 2,03% no ano e de 1,66% em 12 meses. Os preços no atacado, medidos pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo, tiveram inflação de 0,55% em setembro, ante deflação de 0,42% em agosto. O Índice Nacional de Custo da Construção também registrou inflação (0,35%) em setembro, acima da taxa de agosto (0,27%).

Fonte: Portal EBC - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Trabalhador sindicalizado ganha salário maior e sofre menos desemprego

No momento em que o sindicalismo busca ampliar a sindicalização - até como resistência à reforma trabalhista - o Valor Econômico publica matéria que reforça o acerto da iniciativa. Segunda (11), matéria no primeiro caderno mostra os ganhos do sindicalizado. O enfoque do jornal é o ganho econômico do sindicalizado e também o maior acesso a benefícios em salários indiretos. Diz a matéria de Cristiane Bonfanti: "Em setembro de 2015, enquanto não sindicalizados ganhavam, em média, R\$ 1.675,68, os associados de Sindicatos recebiam R\$ 2.237,86". Dados do IBGE.

Resiliência - Além da vantagem econômica, há outros ganhos. O consultor sindical João Guilherme Vargas Neto, há tempos, aponta o que chama de resiliência no emprego. "Posso dizer, de forma empírica, que o sindicalizado resiste mais ao desemprego", diz. Para Vargas Neto, há várias razões. "O sindicalizado, geralmente, integra um setor mais qualificado, é mais próximo ao Sindicato, é também uma pessoa mais informada e engajada", aponta. Segundo o consultor, embora os dados econômicos apontados pelo Valor sejam corretos, o sindicalismo não discrimina. "Não existe essa distinção entre quem é ou não é sindicalizado. A ação sindical, na prática, beneficia a todos", observa.

Metalúrgico - O dirigente metalúrgico de Guarulhos, José Pereira dos Santos, também aponta as vantagens da sindicalização. Seu artigo, em jornal da cidade, destaca: "Para nós, não existe trabalhador de primeira ou segunda classe. O que fazemos é um esforço permanente de ampliar o quadro associativo, mesmo em meio à recessão que desemprega em massa. Em nossa Convenção Coletiva, os direitos e benefícios valem pra toda a base". E completa: "Neste momento em que o governo tenta nos deixar sem sustentação financeira, a sindicalização ganha importância. Eu digo que o sindicalismo traz progresso e paz social".

FEAAC - "A participação do trabalhador no Sindicato sempre foi importante, pois assim ele tem muito mais condições de conhecer seus direitos. Com a reforma, o trabalhador terá que participar ainda mais do Sindicato para evitar perdas salariais e também evitar que lhe sejam impostas condições de trabalho desfavoráveis" - Lourival Figueiredo Melo, presidente da FEAAC.

Fonte: Agência Sindical - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>